



NO LIMIAR ENTRE A FILOSOFIA E A TEOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO A GENEALOGIA TEOLÓGICA DE GIORGIO AGAMBEN

The threshold between philosophy and theology: an approach a genealogy of theological Giorgio Agamben

Joel Decothé Junior *

Resumo: Neste artigo oferecemos uma aproximação à genealogia teológica da economia e do governo empreendida por Agamben em seu livro *O reino e a glória*. O artigo é resultado do trabalho de pesquisa no espaço das atividades do grupo de pesquisa ligado ao CNPq denominado de Ética, biopolítica e alteridade humana, e das atividades da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos e violência, governo e governança. No corpo do texto busca-se trabalhar algumas questões internas a perspectiva da genealogia teológica da economia e do governo agambeniana. Outro aspecto importante trabalhado é o relacionado à função teórica das assinaturas neste tipo de investigação político-teológica. A genealogia teológica da economia trinitária é trabalhada tendo em vista a sua gênese calcada na teologia cristã e posteriormente a sua forte influência no governo teleológico da vida humana e no paradigma da secularização entre os modernos. Finalmente fazemos algumas considerações finais sobre a categoria de vida eterna e inoperosidade humana na política que vem.

Palavras-chave: Filosofia. Teologia. Aproximação. Genealogia.

* Joel Decothé Junior – Bacharel em Teologia (Faculdades EST); Licenciado em Filosofia (UNISINOS); atualmente é Mestrando em Filosofia (UNISINOS); bolsista CAPES-PROSUP e Participa das atividades do grupo de pesquisa ligado ao CNPq denominado de Ética, biopolítica e alteridade humana, e das atividades da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Artigo recebido no dia 10/12/2014 e aprovado para publicação no dia 31/03/2015.

Abstract: Below we offer an approach to theological genealogy of the economy and government undertaken by Agamben in his book *The kingdom and glory*. The article is the result of research work within the research group's activities linked to CNPq called Ethics, biopolitics and human otherness, and the UNESCO Chair of the activities of human rights and violence, government and governance. In the text it is sought to work some internal issues the perspective of theological genealogy of the economy and agambeniana government. Another important aspect worked is related to theoretical function signatures in this type of political-theological research. The theological genealogy of the Trinitarian economy is crafted with a view to its genesis grounded in Christian theology and later its strong influence on the teleological government of human life and the paradigm of secularization among modern. Finally we make some final thoughts on the category of eternal life and human inoperosidade in politics coming.

Keywords: Philosophy. Theology. Approach. Genealogy.

Perspectivas da genealogia teológica da economia e do governo em O reino e a glória

O texto de Agamben denominado de "*O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer II, 2*". É a segunda parte do segundo volume da série *Homo sacer*. Conforme a ordem da série, este texto agambeniano localiza-se entre os livros: *Estado de Exceção* e *O que resta de Auschwitz*. Entretanto, *O reino e a glória* não marca apenas a continuidade da série *Homo Sacer*, este texto acrescenta também certas mudanças na estrutura do projeto filosófico empreendido pelo pensador italiano. As mudanças se deram em sua grande maioria no que concerne a questão de método, mesmo que não tenham sido apenas estas as responsáveis por levar Agamben a tal tipo de revisão. Segundo Castro (2012), este trabalho de Agamben se torna compreensível em relação com os predecessores desde as questões ligadas a metodologia de investigação que o filósofo italiano forjou em sua obra "*Signatura Rerum: sobre o método*", que data a sua publicação no ano de 2008.

Conforme argumenta Ruiz (2013), Agamben leva em frente as suas investigações na linha da filosofia política ao dar atenção a temas consagrados como, por exemplo, a conexão entre a teologia e a política. Agamben trata de questões novas em sua reflexão filosófica que coloca a teologia e a filosofia em um tipo de limiar às vezes indiscernível, como é o caso de sua genealogia teológica da economia e do governo na modernidade. A metodologia utilizada por Agamben ao longo de sua obra filosófica tem sido habitualmente a da arqueogenealogia. No ano de 2007 o filósofo dá uma guinada acentuadíssima em seu trabalho filosófico ao publicar o livro: "*O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*."

Este texto de Agamben é lançado em português somente no ano de 2011, segundo Sordi (2013.a), tal atitude dos editores é uma boa notícia para os estudiosos que se interessam pela pesquisa do fenômeno da secularização e das relações que existem entre a política e a sacralidade presente nas ciências das humanidades de modo geral. Agamben persegue a linha de pensamento dos estudos genealógicos a respeito do poder moderno inaugurado em suas obras precedentes, tal como é o caso de *Homo Sacer I*. Agora o filósofo italiano reorienta o seu olhar analítico para os séculos iniciais da teologia cristã, e empreende a seguinte análise. O que aconteceu ao longo dos séculos iniciais do cristianismo foi uma concretização em termos relacionais da tradição de pensamento teológica paulina e da perspectiva teológica patrística. Isto ocorre desde a comunidade messiânica fundada nos moldes helenistas de uma economia e de maneira alguma a partir de um aspecto político, acabando por determinar uma variedade de metamorfoses conceituais essenciais no conceito de governo e gestão da vida.

As transmutações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da teologia cristã, de certa forma, foram às responsáveis pelo substrato teológico implícito no paradigma do poder presente no período moderno no sentido de estabelecer a gestão de coisas e pessoas, isto é, na instauração do paradigma da governamentalidade. Este conceito advém das reflexões foucaultianas, cabe o destaque curioso que é o de que segundo Agamben, ele está dando continuidade às investigações do falecido filósofo francês. Na perspectiva de Agamben (2011), suas investigações objetivam dar atenção às formas e razões pelas quais o poder foi ganhando espaço no mundo ocidental pelo viés de uma feição “oikonomica”, isto é, o poder age no sentido de imprimir uma intensa dinâmica de administração e governo da vida humana. Agamben busca compreender aquelas razões subterrâneas presentes nas pesquisas de Foucault e o porquê de as suas pesquisas não terem sido levadas em frente até o seu provável ocaso.

A investigação agambeniana ultrapassa as fronteiras históricas delimitadas pela genealogia empreendida por Foucault, pois o nosso filósofo com a sua genealogia retorna até os séculos iniciais da teologia construída pelo cristianismo primitivo, espaço onde foi erigida a formulação substancial da doutrina da Trindade como uma espécie de configuração oikonomica. Localizar o governo em seu lugar teológico na oikonomia trinitária não quer dizer que o esforço empreendido seria o de explicar este fenômeno por meio de uma subordinação das causas, como se fosse de domínio pleno da teologia a gênese desta questão. Segundo Agamben (2011), as coisas se dão de forma oposta, a intenção é a de elucidar de que forma o dispositivo da oikonomia trinitária serve como um tubo de ensaios singular para o estudo do funcionamento operacional interno e externo da máquina governamental. Esta situação se deve a realidade de que neste funcionamento os instrumentos ou polaridades no qual se movimenta a

máquina surge de certa maneira como uma questão paradigmática. Seguindo a linha de pensamento agambeniana, somos levados a reconhecer a solidez de sua investigação genealógica do poder no mundo ocidental, na intencionalidade que esta linha de pesquisa teve com a sua partida há mais de dez anos com o seu projeto denominado de Homo sacer. A sua obra *O reino e a glória* inaugura um momento decisivo destas investigações sobre a genealogia do poder que faz a gestão da vida humana. A máquina governamental que tem uma base funcional dual, situação esta problemática e que Agamben já explicitou em sua obra *Estado de exceção* (2004), lugar onde ele mostra a estreiteza da mútua relação entre “*auctoritas*” e “*potestas*”, neste sentido argumenta Agamben:

O elemento normativo necessita do elemento antinômico para poder ser aplicado, mas, por outro lado, a *auctoritas* só pode se afirmar numa relação de validade ou suspensão da *potestas*. Enquanto resulta da dialética entre esses dois elementos em certa medida antagônicos, mas funcionalmente ligados, a antiga morada do direito frágil e, em sua tensão para manter a própria ordem, já está sempre num processo de ruína e decomposição. O estado de exceção é o dispositivo que deve, em última instância, articular e manter juntos os dois aspectos da máquina jurídico-política, instituindo um limiar de indecidibilidade entre anomia e nomos, entre vida e direito, entre *auctoritas* e *potestas*. Ele se baseia na ficção essencial pela qual a anomia – sob forma da *auctoritas*, da lei viva ou da força de lei – ainda está em relação com a ordem jurídica e o poder de suspender a norma está em contato direto com a vida. (AGAMBEN, 2004, p. 130)

Nesta nova fase de seu projeto Homo Sacer o filósofo ítalo, constrói uma nova feição para a problemática do governo da vida, ou seja, a dinâmica dualística entre Reino e Governo vem à tona. O que Agamben faz é indagar sobre o sentido desta relação que não recebeu a devida atenção na fundação de sua pesquisa. Agora ele lança seu olhar na direção da relação entre a *oikonomia* e a glória, isto é, o poder como governo e gestão eficiente da vida e o poder como realza ritualística e cultural. Estes são dois elementos que intrigantemente foram deixados de lado, seja do ponto de vista dos filósofos políticos ou da perspectiva dos cientistas políticos e até mesmo dos teólogos que não se ocuparam com tal problemática.

Sordi (2013.b), reflete que podemos localizar no texto de Agamben duas vias investigativas de certa forma independentes e ainda complementares, ou seja, a primeira linha é a da investigação ligada ao Reino. Esta linha de pesquisa marca o resultado de um amplo projeto empreendido pelo jurista germânico Carl Schmitt que sintetiza pormenorizadamente as categorias políticas da modernidade com as grandezas da teologia política, buscando examinar, naqueles distintos conceitos que constroem a atual doutrina do Estado os vestígios basilares e inconfundíveis de suas bases teológicas. A segunda linha investigativa é a que concerne a Glória. Esta perspectiva segue na direção de uma apreciação da edificação daquela

tradição intelectual referente a uma concepção de consenso no Estado moderno. Agamben denomina este contexto de uma história das maneiras de sacralidade e aclamação.

Para além destas questões, *O reino e a glória* expõe uma acentuada crítica arqueológica em relação ao poder moderno. E esta é colocada com exímia precisão investigativa e profunda prolixidade, pois é repleta de detalhes analíticos forjados por seu autor nesta obra prima que preza pelo resgate etimológico de uma série de palavras que integram a sua trama. Agamben é um filósofo versátil e se movimenta com muita perspicácia e autoridade nas mais variadas áreas de conhecimento e linhas de pensamento diferenciadas. *O reino e a glória* constitui-se como um texto de extrema qualidade para quem quer realizar pesquisas inovadoras no campo genealógico. Em sua pesquisa sobre a genealogia teológica da economia e do governo, Agamben refaz a forma pela qual a concepção de *oikonomia* emigrou de seu significado paradigmático presente no pensamento filosófico grego, no sentido de ser a ciência da administração doméstica para uma compreensão teológica aguda de economia no sentido de ser o governo ou administração divina do mundo em termos de um providencialismo candente. Tudo isto acontece desde o horizonte da realização de um plano soteriológico e escatológico de salvação do mundo.

O nosso filósofo Agamben (2011) transita por textos clássicos da teologia cristã antiga, tais como Hipólito, Tertuliano e Gregório Nazianzeno. A partir destas bases teóricas, Agamben apreende muito bem a forma como a ideia de uma *oikonomia* acabou lentamente sendo conjugada com o conceito de providência. Nesta perspectiva podemos ver como foi que o governo do mundo real passou a ter uma referência modelar conforme a qual Deus governa todas as coisas de maneira irresistível, entretanto, com suavidade e sem nenhuma violência. Isto é, ergue-se um padrão no qual o soberano faz a gestão envolta em um tom de solidariedade sagaz e tênue diante da livre escolha das criaturas, de maneira que ele governa as mesmas de modo que estas chegam ao ponto de elas pensarem que estão se autoadministrando.

Na argumentação de Bazzanela (2010), Agamben leva em frente a sua investigação genealógica no texto *O reino e a glória*, tendo como arcano nuclear a pesquisa realizada em torno da formação dos conceitos de governo e *oikonomia* na maneira como estes foram sendo construídos desde a sua gênese advinda da teologia antiga e, aquelas possíveis ligações com as conjecturas políticas e econômicas presentes na idade moderna. Logo, a questão norteadora de *O reino e a glória*, seria a do porque o exercício do poder foi ao longo do tempo histórico se empoderando no mundo ocidental no formato do governo e da *oikonomia* que necessita da aclamação da glória midiática.

As assinaturas no pensamento de Agamben

Na obra *O reino e a glória* podemos perceber que há nitidamente o esforço agambeniano de compreensão da situação do Estado Moderno. Aqui entra em jogo a questão da secularização que age no sistema conceitual moderno como uma espécie de assinatura que conduz a questão da teologia. Vem à baila a urgência fundamental de uma arqueologia ou até mesmo de uma genealogia que não vá atrás de conceitos, porém, faça o movimento investigativo da busca por assinaturas que transmutem e transladem os conceitos e os signos de um espaço para o outro, neste sentido, ocorre o movimento conceitual do sagrado para o profano e isto às avessas também, mas sem a pretensão de dar-lhes uma nova redefinição semântica. Ou seja, como já frisamos acima, Agamben segue a linha de pensamento schmittiana, pois esta pensa que a teologia ainda mantém a sua presença e relevância ativa no seio do Estado Moderno. Isto que dizer que é plausível inferir que há um liame coerente entre a identidade e significatividade das categorias conceituais da teologia com os conceitos políticos. Logo, a conclusão é a de que os conceitos políticos preservam uma reserva genética referentes ao campo da teologia (Rigo; Junges, 2012).

Conforme reverbera Castro (2012), um bom caminho para a compreensão de *O reino e glória* em relação as suas obras anteriores, seria o de estudarmos algo desta questão ligada às assinaturas que Agamben trabalha em sua obra sobre o método. A respeito do conceito de assinatura presente em *O reino e a glória*, a sua importância está naquela ligação que se dá frontalmente desta categoria com a noção de secularização. Este tema foi tematizado ao longo da década de 1960 num intenso debate na Alemanha entre os pensadores Karl Löwith, Carl Schmitt e Hans Blumenberg. Neste sentido argumenta Agamben:

A discussão estava viciada pelo fato de que nenhum dos participantes parecia ignorar o fato de que a noção de secularização não era um conceito, o que estava em questão era a identidade estrutural (Schmitt 19) entre conceituação teológica e conceituação política (esta foi à tese de Schmitt) ou descontinuidade entre a teologia e a modernidade (era contra Löwith, a tese de Blumenberg), mas um operador estratégico cristão, que marcou os conceitos políticos para encaminhá-los para a sua origem teológica. A secularização age assim no sistema conceitual da modernidade como uma assinatura, que se refere à teologia (AGAMBEN, 2010, p. 102).

Em razão disto, Agamben (2011) postula a noção de que a secularização age na malha conceitual da modernidade como uma espécie de assinatura que remete a teologia. Agamben nos oferece o exemplo do direito canônico, que previa o seguinte: aquele sacerdote em situação secularizada tinha que carregar consigo um signo daquela ordem a qual ele fazia parte. Desta

forma o conceito de secularização demonstra a sua assinatura em seu ato de traslado para a área da teologia. A maneira como se é compreendida a alusão obrada pela assinatura teológica se torna sempre crucial. Neste sentido, podemos compreender a secularização como um subsídio singular da fé cristã, que de forma inédita escancara para o ser humano o universo em sua mundanidade e na qualidade daquilo que é histórico. A assinatura teológica age nesta ocasião como uma sorte enganosa ou ilusória. E nesta perspectiva a secularização do mundo transforma-se no sinal de sua importância em relação a uma *oikonomia* divina.

Logo, para Agamben, uma assinatura se constitui como algo que, em um determinado conceito ou signo, imprime um tipo de marca que excede os conceitos e signos no intuito de levá-los a certa situação hermenêutica ou a determinado espaço não se retirando, porém, do espaço semiótico para construir um conceito inédito ou até um novo significado. Então, a ciência das assinaturas conforme a reflexão agambeniana, se desloca ao lado da história das ideias. Contudo, a assinatura não pode ser confundida com a historiografia do pensamento das épocas. As assinaturas não se constituem como um tipo de movimento de registro dos mais variados e diferentes significados assumidos por certa terminologia no decorrer de sua história intelectual. A proposição agambeniana com a noção de assinatura explicita a intenção de explorar arqueologicamente ou geneologicamente os seus estratos de sentido até então obnubilados, de forma que a tarefa das assinaturas seria a de reerguimento daquela jornada que envolveu a sua transferência na condição de conceito calcada em uma plataforma na movimentação de um campo semântico para outro. Podemos até inferir que neste caso da genealogia agambeniana o traslado acontece da teologia para a filosofia política.

Genealogia teológica da economia trinitária

Conforme as reflexões de Agamben (2001), a concepção de *oikonomia* emerge no ambiente atrelado a teologia cristã primitiva por meio de seus teólogos numa perspectiva de uso totalmente estratégica, ligada aos obstáculos erigidos em um espaço social que estava em fase de transição, momento em que a identidade histórico-criacionista da teologia judaica bate de frente com o naturalismo logicista e filosófica do mundo greco-romano. O cristianismo primitivo transporta do mundo judaico a noção de que Deus teria uma liberdade plena e incondicional. Sabemos que a teologia judaica desde os relatos veterotestamentários se constitui em sua base como religião monoteísta, mas como expressa bem Wolff (1983), a teologia judaica não é apenas uma oposição ao politeísmo, ela é e envolve o coração e ao mesmo tempo a inteligência e a volição. Esta concepção,

deveras, era muito esquisita para o pensamento dos gregos. Tomemos como exemplo a reflexão presente no livro Λ da metafísica aristotélica. Na concepção de Aristóteles aparece uma tácita noção da existência de um sempiterno, perfeito e bom Deus (Met., Λ, 1072b). Reale(2002) nos explica argumentando que esta percepção aristotélica seria um dos eixos centrais da Metafísica do filósofo peripatético: *“Deus é vida. – Note-se: Deus tem vida em sentido forte, no sentido de que é por essência vida (καὶ ζωὴδέγε ὑπάρχει): a sua vida eterna é a sua própria atividade de pensamento. Ser, Pensamento de pensamento e Vida suprema em Deus (no Princípio primeiro e supremo) coincidem.”*(REALE, 2002, p. 623).

Outra posição interessante é a de que Aristóteles assume uma atitude contrária à noção daqueles que defendem a existência de múltiplos preceitos regentes da realidade (Met., Λ, 1076a), e lança a perspectiva de que na realidade existe um governo monárquico, em outras palavras, a regência do poder supremo da substância. Nesta linha de raciocínio escreve Aristóteles:

Os que sustentam que o princípio é o número matemático e afirmam que há uma sucessão de substâncias sem fim, e que para cada substância existem diversos princípios, reduzem a realidade do universo a uma série de episódios (de fato, a existência ou não de uma substância não tem a menor importância para a outra), e admitem muitos princípios; mas as coisas não querem ser mal governadas: “o governo de muitos não é bom, um só seja o governante”. (ARISTÓTELES, 2002, p. 585).

O Deus aristotélico pode até emitir uma impressão de soberania plenária. Mas, segundo propõe Agamben (2011), a teologia construída no livro Λ da Metafísica de Aristóteles não isenta Deus de atuar segundo certa necessidade. Na perspectiva do Estagirita, o princípio primordial tem de existir devido à força da necessidade (Met., Λ, 1072b). Na cosmologia grega o universo só existe em razão da necessidade de sua existência, desta forma é Deus quem estabelece o universo por causa da necessidade de sua natureza pessoal e na sua condição de ser ato puro e ainda o primeiro princípio, e não apenas pelo fato de ter exercitado a sua vontade livre. Vejamos como escreve Agamben a este respeito:

Vejamos a teologia que Aristóteles desenvolveu no final do livro L da Metafísica. Distinguir, no deus que é aqui descrito, ser e práxis seria simplesmente impensável. Se o Deus aristotélico move, como motor imóvel, as esferas celestes, é porque essa é a sua natureza e não há necessidade alguma de supor uma vontade especial ou uma atividade particular voltada para o cuidado de si e do mundo. O cosmo clássico – seu “destino” – repousa na perfeita unidade entre ser e práxis (AGAMBEN, 2011, p. 67).

No pensamento aristotélico, Deus existe em razão da necessidade de sua existência e ainda por causa da necessidade de sua ação no cosmos. Para este pensador grego e sua visão teológica o ser e a práxis divina não são pensados em momento algum de forma separada, pelo contrário, elas se

realizam simultaneamente. Nesta perspectiva temos a noção instaurada de que o universo abrange uma visão holística que engloba ontologia e práxis do mundo dentro da mentalidade grega antiga. Agamben (2011) esclarece argumentado que esta noção grega não coloca em tão alto grau a volição divina, porém, leva em conta a sua natureza pessoal que é indiferente e implacável, pois esta era responsável por tudo àquilo que está ligado a todo o bem e a todo o mal, ou seja, tal natureza estava vedada a qualquer tipo de prece e não oferecia qualquer tipo de ato de misericórdia. Esta seria a base ontológica da realidade cosmocêntrica da Grécia antiga.

Na reflexão teológica judaica encontramos um contraponto. Em hipótese alguma Deus é encarado como aquele que atua em razão da necessidade. O mundo é criado a partir do nada, tudo depende da vontade criacional e incondicional de Deus, vontade esta considerada por Alberto Magno dentro da tradição cristã: como vontade libérrima e que não está condicionada a nenhum tipo de ação divina peremptoriamente necessária, (De Boni, 2005). A realização da união destas duas escolas de pensamento é deveras complexa. Para Agamben a discussão é a de que o grande problema que gerou o choque entre a concepção de mundo dos antigos gregos e a concepção de mundo do cristianismo nascente foi exatamente aquela aporia que envolve a categoria de criação. Nesta linha Agamben (2011) chama à baila a questão que Agostinho tenta resolver a respeito do porque Deus fez o céu e a terra. Agostinho emite a resposta de que Deus fez porque assim ele quis. Outro exemplo trazido por Agamben é o de que em séculos posteriores no momento em que a escolástica vivia os seus melhores dias, a infundabilidade da criação na ontologia é asseverada pelo aquinate, ou seja, Tomás defende a ideia de que Deus age por necessidade, porém, com a sua vontade totalmente livre.

O locus dogmático da Trindade dificultava profundamente a questão. Os que defendiam esta categoria trinitária teriam que levantar ótimos argumentos em oposição à hipótese de que a multiplicação de pessoas em Deus seria um retorno ao antigo politeísmo. Segundo Agamben (2011), o paradigma da *oikonomia* emerge como proposta de resolução destes problemas. Os teólogos da patrística Irineu, Hipólito e Tertuliano, têm uma visão de que Deus em sua essencialidade se constitui como aquele que é totalmente Uno. Porém, num contraponto a esta visão, no que diz respeito a sua ação neste universo, ou seja, a sua práxis, governo ou ainda sua *oikonomia* da criação por ele erigida Deus é sempre Trino.

Então, na busca de manter a identidade da vontade e não da determinação no que tange a criação de Deus, os dois campos ser e práxis divina recebem a consideração da parte destes teólogos patrísticos de campos de igualdade anárquica. Isto significa que eles dão conta de demandas diferentes da realidade e, que exigem posturas completamente distintas diante da mesma. Por um determinado viés ergue-se uma argumentação

especificamente de ordem ontológica que considera relevante o ser divino. Noutra viés, a argumentação segue na linha peculiar da *oikonomia* que diz respeito à ação de Deus e as formas pelas quais esta entidade divina faz a gestão do mundo e o mistério da soteriologia. Agamben (2011) realiza um destaque muito importante ao frisar que tal diferenciação se aprofunda, desde a reflexão teológica dos padres capadócijs, de forma bem especial com a figura do teólogo Gregório Nazianzeno.

Por meio de sua livre volição e soberana decisão Deus realiza a gênese do universo. Nesta perspectiva, a reflexão agambeniana considera a práxis divina como um ato anárquico, ou seja, este não tem a sua fundamentação atrelada a via da ontologia. Desta forma, o que fica oculto a respeito de Deus demonstra que não basta apenas reconhecer que ele é muito complexo e por isso não basta apenas saber aquilo que ele é, o mais importante é saber em como se constituiu a sua *oikonomia* ou como se deu a sua ação governamental do mundo, assim argumenta Agamben:

É tal unidade que a doutrina da *oikonomia* põe radicalmente em questão. A economia através da qual Deus governa o mundo é, de fato, totalmente distinta de seu ser, e deste não é deduzível. É possível analisar sob o plano ontológico a noção de Deus, enumerar seus atributos ou negar, um a um, como a teologia apofática, todos os seus predicados para chegar a ideia de um ser puro, cuja essência coincide com a existência; mas isso não dirá rigorosamente nada a respeito de sua relação com o mundo nem como decidiu governar o curso da história humana. Assim como muitos séculos depois Pascal constatará com lucidez acerca do governo profano, a economia não tem fundamento algum na ontologia, e o único modo de fundamentá-la consiste em esconder sua origem. Por esse motivo, tão e mais misteriosa que a natureza de Deus é agora sua livre decisão de governo do mundo; o verdadeiro mistério, que “estava escondido há séculos em Deus” e que foi revelado aos homens em Cristo, não é o do seu ser, mas o de sua práxis salvífica: “o mistério da *oikonomia*”, justamente, segundo a decisiva inversão estratégica do sintagma paulino. O mistério que, a partir desse momento, suscitará permanentemente a maravilha e o rigor crítico dos teólogos e dos filósofos não é de natureza ontológica, mas prática (AGAMBEN, 2011, p. 68).

No pensamento de Agamben, os resultados desta fissura entre ser a práxis se constituem como algo fundamentalmente relevante para a reflexão do poder no Ocidente. Porque se a concepção de livre volição, que por muitos séculos foi deixada de lado no ambiente do pensamento antigo, agora tem a potência de ser um elemento conceitual fucral no exame daquilo que tange a ética e a ontologia ligadas à modernidade. A razão desta postulação tem o seu estofa na sua inicial e fatal estruturação fundamental no seio da teologia cristã e que advém do pensamento teológico judaíta. Consoante a esta tese Gilson (2007) descreve a noção de que o cristianismo tem a intenção de se dirigir ao ser humano, desejando atenuar a sua miséria, indica a esta espécie qual seria a solução para tal situação. Neste sentido

a argumentação do medievalista aponta para o caráter soteriológico da doutrina cristã que assim se ergue como religião. No caso da filosofia esta seria uma espécie de epistemologia que tem a intencionalidade de atingir a inteligência humana lhe dizendo o que as coisas são.

Logo, a religião interpela o ser humano para lhe dizer algo a respeito de seu destino, e isto, seja para que o mesmo se curve a este, como era a realidade da religião na Grécia antiga ou do jeito que o venha fazer na perspectiva da religião cristã. Em razão disto, é por causa da influência que advém da religião que as filosofias gregas se constituem como filosofias da necessidade. De modo que a junção entre as filosofias gregas com alas do cristianismo que receberam influência da parte de um cristianismo mais ortodoxo, resultou na pauta fundamentalmente elevada da categoria de liberdade que põe em destaque a religião cristã em sua influência para os séculos posteriores. Enfim, os padres ligados ao cristianismo primitivo rodearam o problema da criação e foram adiante buscando enfrentar novos problemas que lhes provocaram o desejo de realizar a aproximação entre o ambiente de pensamento greco-romano e o pensamento judaico-cristão, pois para eles a categoria de *oikonomia* se apresentava como algo repleto de oportunidades ainda não vistas e exploradas.

O governo teleológico da vida humana e o paradigma da secularização

A base da economia moderna postula Ruiz (2013) é a *oikonomia* teológica. Pois, nestas duas vertentes é que acontecem os desdobramentos de saberes e metodologias que capturam e fazem a gestão da vida humana. A *oikonomia* grega era a práxis da gestão hierárquica da vida doméstica daqueles que eram membros da ampla *oikos* ou casa grande grega. E, como passou depois a ser conhecida, da *domus* romana. Aristóteles faz a distinção no que tange a arte de fazer a gestão e administração da casa e a habilidade de exercício da condição política do cidadão na cidade-estado, ou seja, da *πόλις*. No caso da *oikonomia* não existe uma decisão totalmente livre das pessoas, mas apenas a gestão administrativa, engenhosa e hábil das volições pessoais. Na praça pública ou mercado a *αγορά* das cidades gregas a necessidade da existência da liberdade de decisão dos cidadãos, desemboca consequentemente na capacidade destes sujeitos forjarem o futuro rumo que a coletividade deveria tomar.

Os gregos deram corpo a um modelo de fazer política que oferecia uma distinção clara em relação à *oikonomia* no seguinte aspecto polêmico: na cidade eram as pessoas cidadãs que definiam com liberdade o seu futuro em termos políticos, já na casa as pessoas eram governadas por um tipo

de gestão pautada na inteligência. Dentro da casa vigora a premissa da disparidade entre os seus membros, mas na cidade o que regia as relações era a igualdade política entre as pessoas cidadãs. Durante aproximadamente quatro séculos a *oikonomia* sofreu com advento da teologia cristã uma série de mutações e acabou recebendo um renovado sentido de *oikonomia* teológica. Mesmo que este novo significado teológico comportasse uma multiplicidade de sentidos, a *oikonomia* teológica preservou a sua base genética de se constituir como o ato de administração da vida, entretanto, entrava em jogo questões inéditas que problematizavam as questões da liberdade humana e do desígnio divino.

Nestas questões encontram-se presentes a grande maioria dos problemas ligados à gênese da economia dos modernos. Para Agamben (2011), a *oikonomia* teológica se levantou como uma das questões nodais, pois aqui se erigiu a discussão a respeito da harmonização do plano salvífico de Deus em relação ao mundo e a questão a respeito da livre volição do ser humano e a sua condição de ser naturalmente livre. No caso da economia moderna o problema aparece novamente. Isto quer dizer que a inquirição do como se deve governar a população preservando a base de seus desejos é o dado fundamental desta prematura área de saber, isto é, a área da economia política. Esta empreitada econômica e política conserva como referência o paradigma teórico da teologia econômica e o que ocorreu como mutação importante foi o fato de que o Estado mercantilista entrou no lugar que antes Deus ocupava soberanamente.

A problemática da *oikonomia* teológica que refletia a respeito de como Deus pode governar o mundo preservando a liberdade dos sujeitos, translada-se terminantemente para o âmbito da economia política. E a pergunta agora era a de como realizar a gestão da vida das pessoas desde a sua natureza. Isto é, como administrar as aspirações das pessoas, as vontades sociais, os temores, os sofrimentos, os prazeres, as esperanças e os desejos inerentes nas populações de então. Realizar a gestão governamental para a economia política da época moderna seria a complexa tarefa de administrar a liberdade das pessoas. Isto quer demonstrar que a demanda era a de ter a habilidade necessária para gerir a vontade alheia e conduzir as mesmas a alvos que desde sempre já estivessem prolepticamente determinados. Esta seria a perspicaz tarefa de administração empreendida pela economia política moderna.

A economia se constitui como governo da vida. Agamben em sua obra *Homo Sacer I* (2010), resgatou o discernimento de que os gregos já realizavam entre as duas concepções de vida, a saber, a vida no sentido meramente físico ou como ζωή e a vida no sentido de ser uma propriedade preciosa ou como βίος. Para os gregos a vida biológica como mera vida seria um fator em comum que todos os seres vivos possuíam. Nestes seres vivos a *zoé* define a sua maneira biológica de ser particularmente dentro

de sua espécie e das espécies em geral. A *zoé* está condicionada a ordem física imanente à natureza, e a volição humana tem poucas condições de modificar isto, ela apenas pode se adequar a esta ordem física natural. Em contraponto a *zoé*, temos a *bíos* que é a vida que pode ser forjada sem as amarras da mera vida natural contingenciada pela natureza.

A *bíos* é a autêntica vida humana que se distingue da vida meramente animalesca, ou seja, da natural *zoé*. A *bíos* é a vida imersa nos valores, nos modos de subjetivação, nas relações, nas individualidades, nos estabelecimentos públicos e na sociedade humana em geral. A vida como *bíos* é a vida que é considerada como propriedade preciosa, ou seja, a *bíos* se constitui como a vida que é erguida com base fincada na ética e na política. A *bíos* é a vida humana por excelência, pois apenas ela tem condições de forjar a sua história pessoal que está para além da mera vida, ou seja, da *zoé* que fica sempre presa às limitações apresentadas pela natureza. Muito importante é frisar que a *zoé* era a vida natural administrada na grande casa grega, de modo que a *bíos* se colocava como a vida humana tecida no ambiente da cidade-estado grega. A *zoé* estava arraigada à ideia de obediência e subordinação aos vários graus de poderes. E isto era marcado pela subserviência às leis naturais e ao chefe de família na vida doméstica. No caso da *bíos* as coisas funcionavam bem diferentes, pois esta modalidade de vida era exercida pelas pessoas cidadãos e livres na cidade-estado grega em pleno mercado público. Esta representava a vida livre que todo cidadão grego possuía e com ela ainda tinha a oportunidade e o direito de obrar o seu destino no espaço social da cidade. (AGAMBEN, 2010).

A reflexão agambeniana, segundo Castro (2011), sublinha que a peça fundamental da economia teológica é de igual modo à vida humana qualificada. Entretanto, a terminologia usada para a vida na perspectiva da economia teológica não aparece nem como *zoé* e muito menos como *bíos*, entretanto, emerge como vida eterna ou ζωή αιώνιος. O emprego do termo *zoéaiónos* como peça final da economia teológica não tem nada de ingênuo. A dúvida é a que tipo de vida a *zoe aiónos* tendo a denotar nas reflexões genealógicas nesta interface entre a teologia e a filosofia na reflexão da Agamben. Mas, para o nosso filósofo a identificação da *zoéaiónos* é a de que esta vida está aí com a finalidade de ser governada pela vontade de Deus. Entretanto, aqui reside uma questão importante, pois o paradigma que aparece neste caso é o da hierarquia presente na grande casa grega em oposição ao paradigma da igualdade política que estava vigente na cidade-estado grega antiga.

Sublinhamos que conforme a argumentação de Passos (2010), com o advento do Estado moderno a vida social passou a ser governada pela sociedade civil em um processo de pluralização que imprime a gestão da vida humana e da cultura baseada na perspectiva secularizada da realidade que dispensa o auxílio da Igreja e de qualquer tipo de fator supranatural.

Agamben (2011) reflete esta questão pontuando que o dispositivo biopolítico ocidental deseja capturar por meio de seu aparelho administrativo não mais a mera vida a *zoé* que é a forma de vida secularizada da vida sagrada. Agora o alvo é o de capturar e governar a *zoéaiónos*, ou seja, a vida perene e inoperosa. O filósofo italiano identifica este conceito ao estudar o conceito teológico de glória ao longo de sua genealogia e de mundo fundamental no capítulo número oito do texto *O reino e a glória*. Aqui está presente a distinção dos paradigmas tão caros a investigação agambeniana, o primeiro aspecto distintivo está ligado ao paradigma da teologia política desenvolvido em *Homo Sacer I*, já o segundo paradigma é o da teologia econômica que é desdobrado em sua genealogia teologia da economia e do governo.

Agamben parte de uma questão complexa que envolve o imbróglio daquilo que é ligado ao jurídico, para analisar o dispositivo da soberania e da governamentalidade que desejam continuamente encarcerar em sua máquina a mera vida a *zoé* ou a vida eterna a *zoéaiónos*. Agamben demonstra que a secularização não é um conceito estritamente ligado ao ambiente jurídico, mas que este conceito tem a sua correlação garantida com o substrato teológico de nossa concepção de vida e poder no mundo atual, algo que ele trata em sua linguagem filosófica como profanação. Profanar aqui significa reabilitar a utilização comum dos humanos àquilo que outrora era dedicado ao campo exclusivo do sagrado. Escreve o filósofo:

É preciso, nesse sentido, fazer uma distinção entre secularização e profanação. A secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos (a transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder. (AGAMBEN, 2007, p. 68).

A análise genealógica agambeniana delega extrema importância à questão da vida humana que é fadada a existir em sua contingência e imanência histórica. Neste sentido a *zoéaiónos* ou vida eterna aparece como espaço central e inoperoso da humanidade. O trabalho genealógico da economia e do governo proposto por Agamben em sua reflexão filosófica, também quer nos mostrar que há uma importante diferenciação empreendida por Aristóteles entre a vida baseada na teoria ou como βίος θεωρέω e a vida baseada no corpo político βίος πολιτεία. Esta perspectiva viabilizou a implantação no mundo ocidental do dispositivo da *oikonomia* e da glória e simultaneamente permitiu que tanto a política quanto a filosofia se extraviassem do seu caminho.

A real essência da política na sociedade ocidental, na reflexão filosófica agambeniana, é a inoperosidade que desarma as práxis da linguagem e dos corpos, sejam elas materiais ou não materiais, delegando assim ao ser vivente não uma obra indelevelmente acabada, mas conseqüentemente a

carência de obra. Desde esta noção, podemos visualizar que a máquina governamental política ocidental deseja capturar com os tentáculos de seu aparato maquinal, não mais a simples *zoé* em sua mera condição física e natural, porém, agora este aparelho governamental quer aprisionar a *zoéaiónos*, ou seja, a inoperosidade fundamental residente na vida humana. Argumenta Agamben (2009) que a categoria de inoperosidade incita o corpo humano em sua potencialidade de não a ser um corpo marcado pela festividade gloriosa. Por fim, a força da inoperosidade não está anulada: a inoperosidade encontra-se, portanto, com a própria folia, com o ato de festejar, isto é, com a práxis de consumir, de desativar e tornar inoperosos os gestos, ações e obras humanas ao ponto de podermos perceber que a fuga para onde convergem todos estes elementos é o da inatividade, compreendida não como ócio ou inércia, mas como paradigma da operatividade humana na perspectiva de uma nova política que vem. Então, para Agamben é a potência inoperosa quem decide o que de fato seja a vida humana, vida esta que não pode ser apartada de sua verdadeira forma-de-vida.

Considerações Finais

Ao terminamos este texto reconhecemos que a genealogia teológica da economia e do governo que Agamben traça em seu livro *O reino e glória* é um esforço prolixo e complexo, e que contém uma coerência interna impressionante. Estes estudos agambenianos sem dúvida merecem nova atenção de nossa parte em outro momento, pois aqui pretendemos apenas uma aproximação. Tais estudos genealógicos são interessantes e iluminadores para leitura de nosso tempo presente. Agamben consegue jogar luzes arqueo-genealógicas sobre as sombras do passado, e estas, nos ajudam na construção de um tipo de discurso que seja crítico em relação ao governo e cuidado da vida humana no presente.

Isto quer dizer que este discurso crítico tem condições de examinar os atos de gestão da vida humana desde a genealogia de suas práticas. Aqui se faz necessário a criação de uma postura teórica crítica em relação ao governo da vida e da mesma forma a proposição séria de um tipo de ética crítica do cuidado, para que se concretize na democracia o acesso digno de todas as pessoas no que diz respeito às instituições sociais e das práxis ligadas aos sujeitos em suas necessidades mais vitais. Enfim, Agamben desenvolve amplas pesquisas sobre a linguagem e a biopolítica, e ressalta que a vida preserva um teor essencial de inoperosidade. Os desdobramentos presentes na pesquisa genealógica de Agamben, que ainda está em curso, sem dúvida nos oportunizam condições abertas e reais de empreendermos novas investigações sobre a mesma. E isto nos

instiga a aproveitarmos a possibilidade de cada vez mais examinarmos e elucidamos os pressupostos filosóficos agambeniano para que haja a construção de um tipo de discurso filosófico crítico diante da economia e do governo biopolítico da vida humana.

No centro teórico da obra *O reino e a glória* Agamben infere após extenso movimento indagativo arqueológico a respeito da glória e da glorificação que o ponto de indiscernibilidade aproxima-se da tensão que há entre reino e governo, teologia e economia, em outras palavras, teologia política e teologia econômica, direito de Estado e dispositivos de segurança acabam por revelar a tênue linha de ligação que este tem. O que isto revela é que estas são as múltiplas facetas de uma e mesma máquina governamental do poder. Agamben identifica na glória o segredo pontual do poder e questiona o seu vínculo que pode ser desfeito e que o copula ao governo e à *oikonomia*. A implicação resultante deste questionamento se traduz como o resultado de que a função das aclamações e da glória, no formato moderno da opinião pública e do consenso, permanece presente no cerne dos dispositivos políticos das democracias contemporâneas.

Os meios de comunicação são fundamentais para o funcionamento das democracias modernas, esta importância não se restringe ao fato de estes meios legitimarem o controle e o governo da opinião pública, porém, o que se identifica é a razão de tais meios administrarem e dispensarem a glória o elemento aclamativo e doxológico do poder que na era moderna aparentava ter sido suprimido. Em oposição à ênfase inocente dada a produtividade e ao trabalho, que por um longo período impediu a modernidade de ter acesso à política como um espaço mais próprio do ser humano, a política se mostra nesta reflexão como que restituída à sua inoperosidade nuclear, isto é, como aquele tipo de operação onde se realiza a transmutação inoperante de todas as obras humanas e divinas. A questão é que a partir da inoperosidade, devemos entender que não é enfatizado aqui o ócio ou inércia, mas instauração de um novo paradigma da ação humana e a possibilidade de fazermos uma nova política que vem.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Estado de exceção*. Homo sacer II. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Signaturarum*. Sobre el método. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

_____. *Homo sacer: O pode soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Nudez*. Lisboa: Relógio D'Água, 2010.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário: volume II: texto grego com tradução lado a lado. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BAZZANELA, Sandro Luiz. *A centralidade da vida em Nietzsche e Agamben frente à metafísica ocidental e a metafísica contemporânea* [tese] / Paulo Roberto Sandrini; orientador, Selvino José Assmann. – Florianópolis, SC: 2010. 468 p. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94701/287230.pdf?sequence=1> Acesso em: 03 set. 2013.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben*. Uma arqueologia da potência. São Paulo: Autêntica, 2012.

CASTRO, Edgardo. *O poder e a vida nua: uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben*. In: NEUTZLING, Inácio, e RUIZ, Castor Bartolomé. *O (des) governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Leira, 2010.

DE BONI, Luis Alberto. *Filosofia medieval: textos*. 2. Ed., ver. E ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Filosofia; 110).

GILSON, Étienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GINGRICH. F. Wilbur e DANKER. W. Frederick. *Léxico do Novo Testamento Grego / Português*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1993.

OLIVEIRA, Cláudio. *Agamben, um filósofo para o século 21*. In: *CULT – Revista brasileira de cultura*, São Paulo, ano 16, n 180, p. 25-27, 2013.

PASSOS, J. Décio. *Teologia e outros saberes: uma introdução ao pensamento teológico*. São Paulo: Paulinas, 2010.

REALE, Giovanni. *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário: volume III: Sumário e comentário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIGO, José Rogério e JUNGES, Fábio César. *Biopolítica: reflexões a partir de Giorgio Agamben*. São Leopoldo, 2012. In: *Anais do congresso internacional da Faculdades EST*. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/28>. Acesso em: 03 set. 2013.

RUIZ, Castor Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. *Revista do Instituto Humanistas, UNISINOS*, São Leopoldo, ed. 413, abr., 2013.

SORDI, Caetano. Da secularização à profanação: Uma discussão a partir da genealogia teológica dos conceitos de governo e economia em Giorgio Agamben. Porto Alegre, 2012. In: *Revista da graduação*. Vol. 6, no.1, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/13783>. Acesso em: 03 set. 2013.a.

SORDI, Caetano. Agamben, Giorgio. O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo. In: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 23, p. 247-254, Jan./Jun.2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/33193/26008>. Acesso em: 03 set. 2013.b.

WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. Tradução: Antônio Steffen. São Paulo: 2ª edição. Ed. Loyola, 1983.

Endereço do Autor:

Caixa Postal 13, Dobrada

92850-000 *Sertão Santana* — RS

joeldecoste@yahoo.com.br